

Ventos de Santa
Justina Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. Morro do Chapéu - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	46.793	11.386	Fornecedores		1.226	50
Contas a receber de clientes	6	6.723	5.573	Dividendos a pagar	14	1.762	2.593
Partes relacionadas - outros créditos	14	115	498	Empréstimos e financiamentos	8	17.004	4.591
Outros créditos		1.167	816	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	517	63
				Obrigações fiscais		2.173	985
				Imposto de renda e contribuição social	16	652	595
				Outras contas a pagar		112	335
Total do Ativo Circulante		54.798	18.273	Total do Passivo Circulante		23.446	9.212
Aplicações financeiras vinculadas	5	19.287	15.661	Empréstimos e financiamentos	8	302.410	299.544
Outros créditos		-	56				
Realizável a longo prazo		19.287	15.717	Total do Passivo Não circulante		302.410	299.544
Imobilizado	7	339.891	357.238	Patrimônio líquido	9		
Intangível		7	-	Capital social		72.399	72.399
				Reserva legal		917	546
				Reserva de lucros a distribuir		14.811	9.527
		339.898	357.238	Total do Patrimônio líquido		88.127	82.472
Total do Ativo Não Circulante		359.185	372.955	Total do Passivo		325.856	308.756
Total do Ativo		413.983	391.228	Total do Passivo e Patrimônio líquido		413.983	391.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	10	66.928	55.605
Custos operacionais	11	(30.623)	(19.812)
Lucro bruto		36.305	35.793
Despesas gerais ou administrativas	12	(969)	(1.388)
Outras despesas operacionais		(351)	-
Despesas operacionais		(1.320)	(1.388)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		34.985	34.405
Receitas financeiras	13	4.551	1.288
Despesas financeiras	13	(28.456)	(15.853)
Resultado financeiro		(23.905)	(14.565)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		11.080	19.840
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.663)	(2.810)
Lucro do exercício		7.417	17.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do exercício	<u>7.417</u>	<u>17.030</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	<u>7.417</u>	<u>17.030</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		72.399	-	-	(4.364)	68.035
Lucro do exercício		-	-	-	17.030	17.030
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	-	546	-	(546)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(2.593)	(2.593)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	9.527	(9.527)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		72.399	546	9.527	-	82.472
Lucro do exercício		-	-	-	7.417	7.417
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	-	371	-	(371)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	(1.762)	(1.762)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	5.284	(5.284)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		72.399	917	14.811	-	88.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		7.417	17.030
Ajustes para:			
Depreciação	7	14.858	9.920
Rendimento de aplicações	5	(1.717)	(831)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	28.197	14.399
Juros sobre mútuos obtidos	13	-	1.065
Apropriação do custo de captação	8	246	-
Imposto de renda e contribuição social	16	3.663	2.810
Outros		1.027	710
		53.691	45.103
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(1.150)	(5.144)
Outros créditos		(1.322)	(1.027)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		837	(1.240)
Fornecedores		1.176	(1)
Obrigações trabalhistas		-	(105)
Obrigações fiscais		208	(142)
Outras contas a pagar		(223)	282
Caixa gerado pelas atividades operacionais		53.217	37.726
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(7.626)	-
Juros pagos sobre debêntures	8	-	(15.680)
Juros pagos sobre mútuos	14	-	(1.647)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(2.369)	(1.929)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		43.222	18.470
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(3.476)	(13.120)
Resgates de aplicações financeiras	5	1.310	-
Aquisição de imobilizado	7	(450)	(16.900)
Ressarcimento de seguros		2.939	-
Aquisição de intangível		(7)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		316	(30.020)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos acionistas	9	(2.593)	-
Captações de mútuos	14	-	51.000
Captações de empréstimos e financiamentos	8	1.024	45.653
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(4.839)	-
Amortizações de principal - debêntures	8	-	(140.000)
Mútuos pagos	14	-	(51.000)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(1.723)	(1.044)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(8.131)	(95.391)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		35.407	(106.941)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	11.386	118.327
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	46.793	11.386
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		35.407	(106.941)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Januário 18; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 72 MW de capacidade instalada, está localizado em Morro do Chapéu (BA) e entrou em operação comercial plena em 03 de abril de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, principalmente através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2024, a Companhia identificou o reconhecimento indevido dos saldos de IOF sobre empréstimos no resultado financeiro. Os montantes deveriam ser reconhecidos como custos de transação, pois a despesa está vinculada à captação do recurso que é integralmente consumido na construção do ativo qualificável. Diante disso, os saldos de ativo, passivo e resultado foram apresentados a menor em 31 de dezembro de 2023. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2024 e a tabela a seguir resume os impactos:

a. Balanço patrimonial

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Ativo			
Despesas antecipadas	778	37	815
Outros ativos	390.413	-	390.413
Total do Ativo	391.191	37	391.228
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	305.847	(1.712)	304.135
Outros passivos	4.621	-	4.621
Total do Passivo	310.468	(1.712)	308.756
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros a distribuir	7.778	1.749	9.527
Outros	72.945	-	72.945
Total do Patrimônio Líquido	80.723	1.749	82.472
Total do Passivo e Patrimônio líquido	391.191	37	391.228

b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Resultado			
Despesas financeiras	(16.007)	154	(15.853)
Outros	32.883	-	32.883
Lucro do exercício	16.876	154	17.030
Total do resultado abrangente	16.876	154	17.030

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	72.399	-	72.399
Reserva legal	546	-	546
Reserva de lucros a distribuir	7.778	1.749	9.527
Patrimônio líquido	80.723	1.749	82.472

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere e nem mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os

valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, partes relacionadas – outras contas a pagar, fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos

por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões,

quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações

para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- (b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos junto ao BNDES e ao BB, conforme apresentados na nota 8.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. Os empréstimos e financiamentos da Companhia apresentados na nota 8 possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	45.981	Baixa do CDI	45.241	44.522
Efeito no resultado	2.833		2.093	1.374
Aplicações financeiras (vinculadas)	19.287	Baixa do CDI	18.830	18.392
Efeito no resultado	1.717		1.260	822
Empréstimos e financiamentos	(319.414)	Alta do IPCA	(327.086)	(334.757)
Efeito no resultado	(28.197)		(35.869)	(43.540)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	812	139
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	45.981	11.247
Total	46.793	11.386

- (a) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% acumulado em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação vinculada – Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES (a)	6.760	6.579
Aplicação vinculada – Conta Reserva de O&M (a)	2.149	2.055
Aplicação vinculada – Conta Reserva do Serviço da Dívida FDNE (a)	10.378	7.027
Aplicação vinculada – Conta de Seguros (a)	-	-
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora (a)	-	-
Aplicação vinculada – Conta de Complementação do ICSD (a)	-	-
Total	19.287	15.661

Ativo não circulante 19.287 15.661

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco Citibank Brasil S.A. em conta de fundo de liquidez constituído por meio dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES, em 30 de agosto de 2022, e com o Banco do Brasil S.A., em 29 de julho de 2022. Conforme previsto no Contrato de Financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas vinculadas, mesmo que zeradas, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva do Serviço da Dívida FDNE, (iii) Conta Reserva de O&M, (iv) Conta de Seguros, (v) Conta Centralizadora e (vi) Conta de Complementação de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), sendo as contas vinculadas mencionadas nos itens (iii), (iv), (v) e (vi) compartilhadas entre o BNDES e o Banco do Brasil S.A. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a em 31 de dezembro de 2024 (12,66% em 31 de dezembro de 2023).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	15.661	-
Rendimento de aplicações	1.717	831
Capitalização de rendimentos de aplicações	-	1.814
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(257)	(104)
Aplicações financeiras	3.476	13.120
Resgates de aplicações financeiras	(1.310)	-
Saldos finais	19.287	15.661

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	5.174	2.938
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	1.549	2.635
Total	6.723	5.573

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10,00%	201	(60)	141	161
Máquinas e equipamentos	1,8% a 16,7%	337.183	(22.974)	314.209	327.626
Edificações	3,3% a 4%	27.306	(1.765)	25.541	29.451
Total		364.690	(24.799)	339.891	357.238

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas (a)	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	161	-	-	(20)	141
Máquinas e equipamentos	327.626	365	-	(13.782)	314.209
Edificações	29.451	85	(2.939)	(1.056)	25.541
Total	357.238	450	(2.939)	(14.858)	339.891

- (a) O valor baixado no exercício refere-se a um adiantamento a fornecedor de imobilizado que não cumpriu integralmente as obrigações e escopo do contrato firmado com a Companhia, tornando necessária a baixa desse ativo. No entanto, durante o exercício, a Companhia recebeu um ressarcimento de R\$ 2.939, oriundo da apólice de seguros de performance vinculada ao contrato.

Descrição	31/12/2022	Adições (b)	Transferências	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	168	12	-	(19)	161
Máquinas e equipamentos	303.975	30	32.814	(9.193)	327.626
Edificações	29.310	-	849	(708)	29.451
Adiantamento a fornecedores	6	14.175	(14.181)	-	-
Imobilizado em andamento	-	2.683	(2.683)	-	-
Custos de empréstimos	5.499	11.300	(16.799)	-	-
Total	338.958	28.200	-	(9.920)	357.238

- (b) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valores em adições no montante de R\$ 11.300 que não tiveram efeito caixa, referente a custos de empréstimos.

8 Empréstimos e financiamentos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 30 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$ 95.200, destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 7,39% ao ano. O período total de pagamento é de 270 meses com carência de 17 meses. O primeiro pagamento foi realizado em janeiro de 2024 e o último será realizado em junho de 2046. Em fevereiro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a).

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, alienação fiduciária de ações e aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre o BNDES e o BB, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atingir determinado índice ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* não financeiros e, em 31 de dezembro de 2024, com os *covenants* financeiros, cujo indicador já era passível de mensuração.

Banco do Brasil S.A. (“BB”)

Em 29 de Julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de abertura de Crédito Fixo com o BB destinado à implantação do empreendimento no valor de R\$ 194.175, provido com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (“FDNE”).

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 2,58% ao ano. O período total de pagamento será de 240 meses com carência de 12 meses. Após o término do período de carência, a dívida será paga em 36 prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em janeiro de 2025 e o último em julho de 2042. Em fevereiro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a).

O contrato de financiamento é garantido por meio de garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, alienação fiduciária de ações e aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre o BB e o BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atingir determinado índice ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* não financeiros estabelecidos no contrato – nestas datas o *covenant* financeiro ainda não era passível de mensuração.

Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (“Vórtx”)

No dia 22 de março de 2022 foi celebrado o instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures-ponte”). Na estrutura de financiamento do empreendimento, a captação do recurso foi utilizada para viabilização do início das obras de construção, enquanto o processo de captação da dívida de longo prazo não havia sido concluído.

Sobre o valor nominal unitário da primeira série e segunda série incidiram juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 2,1000% (dois inteiros e mil e trezentos décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As Debêntures-pontes de primeira e segunda série foram integralmente liquidadas em 1º de março de 2023 perfazendo o montante de R\$ 155.680, sendo R\$ 140.000 e R\$ 15.680 os valores de principal e juros, respectivamente.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNDES	Financiamento	221.956	106.046
BB	FDNE	107.231	206.385
Custo de captação de empréstimos		(9.773)	(8.296)
Total		319.414	304.135

b. Movimentação da conta

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	304.135	235.562
Captações	1.024	45.653
Amortização de principal	(4.839)	-
Juros incorridos	28.197	14.399
Amortização de juros	(7.626)	-
Juros capitalizados	-	10.112
Transferência do custo de captação	-	(701)
Apropriação do custo de captação	246	-
Custo de captação incorrido no exercício	(1.723)	(890)
Saldos finais	319.414	304.135
Circulante	17.004	4.591
Não circulante	302.410	299.544

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	16.451	5%
2026	17.621	6%	16.451	5%
2027	17.621	6%	16.451	5%
2028	17.621	6%	16.451	5%
2029	17.621	6%	16.451	5%
2030	17.621	6%	16.451	5%
2031	17.621	6%	16.451	5%

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2032	17.621	6%	16.451	5%
2033	17.621	6%	16.451	5%
2034	17.621	6%	16.451	5%
2035	17.621	6%	16.451	5%
2036	17.621	6%	16.451	5%
2037	17.621	6%	16.451	5%
2038	17.621	6%	16.451	5%
2039	17.621	5%	16.451	5%
2040	17.621	5%	16.451	5%
2041	17.621	5%	16.451	5%
2042	12.351	3%	11.560	4%
2043	4.973	1%	4.713	3%
2044	4.973	1%	4.713	3%
2045	4.973	1%	4.713	3%
2046	2.482	1%	2.357	2%
Total parcelas – longo prazo	311.688	100%	307.723	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(9.278)		(8.179)	
Saldo total – longo prazo	302.410		299.544	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 72.399 em 31 de dezembro 2024 (R\$ 72.399 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 72.399.000 ações, sendo 36.199.500 ações ordinárias e 36.199.500 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	76,45%	55.349	38.956.606	76,45%	55.349	38.956.606
Comerc Participações S.A.	20%	14.480	7.758.125	20%	14.480	7.758.125
Valgroup AM Ind. De Mast. Ltda.	3,55%	2.570	25.684.269	3,55%	2.570	25.684.269
Total	100%	72.399	72.399.000	100%	72.399	72.399.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.762 (R\$ 2.593 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	7.417	17.030
(-) Prejuízos acumulados	-	(4.364)
(-) Reserva legal (5%)	(371)	(546)
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	7.046	12.120
Dividendos propostos	1.762	2.593

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 371 (R\$ 546 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 5.284 (R\$ 9.527 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 2.593 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	69.457	57.775
PIS e Cofins sobre vendas	(2.535)	(2.078)
ICMS e FECOP	6	(92)
Total	66.928	55.605

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(347)	(453)
Energia comprada	(6.364)	(3.408)
Depreciação	(14.858)	(9.900)
Gastos com propriedades	(1.148)	(694)
Gastos com manutenção	(5.362)	(4.107)
Outros Custos	(2.544)	(1.250)
Total	(30.623)	(19.812)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(945)	(1.064)
Tributos e contribuições	(7)	(158)
Seguros	-	(127)
Depreciação	-	(20)
Outras Despesas	(17)	(19)
Total	(969)	(1.388)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 913 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$ 1.032 em 31 de dezembro de 2023), conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	4.550	1.278
Outras receitas financeiras	1	10
Total	4.551	1.288
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.197)	(14.399)
Juros sobre mútuos	-	(1.065)
Apropriação do custo de captação	(246)	-
Outras despesas financeiras	(13)	(389)
Total	(28.456)	(15.853)
Resultado financeiro	(23.905)	(14.565)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	1.664	3.133
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (nota 6)/(c)	1.549	2.635
Partes relacionadas – outros créditos	115	498
Transações de condomínio (b)	-	470
Ressarcimentos a partes relacionadas	115	28
Passivo	2.216	2.564
Partes relacionadas – outras contas a pagar	517	63
Transações de condomínio (b)	512	63
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	5	-
Dividendos a pagar	1.699	2.501
Resultado	18.087	38.268
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	19.300	40.810
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(300)	(1.510)
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(913)	(1.032)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui operações de energia com empresas partes relacionadas, a saber: Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A (compra e venda) e a Comerc Participações S.A (venda).

Durante o exercício de 2023 a Companhia captou recursos com partes relacionadas para financiamento parcial das obras no montante de R\$ 51.000, o qual foi integralmente liquidado ainda no exercício de 2023, sendo o principal o montante de R\$ 51.000 e R\$ 1.647 referente a pagamento de juros da operação.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		46.793	46.793	11.386	11.386
Contas a receber de clientes		6.723	6.723	5.573	5.573
Partes relacionadas – outros créditos		115	115	498	498
Aplicações financeiras vinculadas		19.287	19.287	15.661	15.661
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(319.414)	(329.187)	(304.135)	(312.431)
Fornecedores		(1.226)	(1.226)	(50)	(50)
Dividendos a pagar		(1.762)	(1.762)	(2.501)	(2.501)
Outras contas a pagar		(112)	(112)	(335)	(335)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(517)	(517)	(63)	(63)
Total		(250.113)	(259.886)	(273.966)	(282.262)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNDES e FDNE	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da dívida.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(2.503)	(1.907)
Contribuição social corrente	(1.160)	(903)
Total	(3.663)	(2.810)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Ventos de Santa Justina Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	69.457	57.775
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	5.557	4.622
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	4.551	3.093
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(2.503)	(1.907)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	8.335	6.933
Outras receitas não operacionais	4.551	3.093
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(1.160)	(903)
Alíquota efetiva (%)	(33,1%)	(14,2%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	595	466
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.663	2.810
Impostos pagos sobre o lucro	(2.369)	(1.929)
Compensações no exercício	(1.237)	(752)
Saldos finais	652	595

17 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.